

# CRITÉRIOS TEOLÓGICOS CONFESSIONAIS PARA AVALIAR PROPOSTAS MISSIOLÓGICAS EVANGÉLICAS<sup>1</sup> CONFESSIONAL

THEOLOGICAL CRITERIA FOR EVALUATING EVANGELICAL  
MISSIONAL PROPOSALS

Gerson Luis Linden<sup>2</sup>

**Resumo:** O objeto de pesquisa do presente artigo é o uso de princípios teológicos para a avaliação de métodos evangelísticos na propagação do evangelho. Sabe-se que iniciativas na utilização e customização de iniciativas evangelísticas demonstram uma boa preocupação em levar o evangelho de Jesus Cristo para todas as pessoas. No entanto, há elementos teológicos que precisam ser considerados, na medida em que há decorrências práticas a serem avaliadas. Por isso, o objetivo desse estudo é apresentar uma aplicação dos artigos da Confissão de Augsburg como base para a análise teológica de métodos evangelísticos.

**Palavras-chave:** Evangelismo. Métodos. Confissão de Augsburg.

---

1 Artigo adaptado da apresentação feita no VII Simpósio de Teología Luterana Confessional, promovido pelo “Centro de Misericordia y Seminario Concordia el Reformador”, em Santiago de los Caballeros, República Dominicana, nos dias 21 a 24 de maio de 2024.

2 Bacharelado em Teologia pelo Seminário Concórdia de São Leopoldo (1984). Mestrado em Novo Testamento (1993) e Doutorado em Teologia Sistemática (2017) pelo Concordia Seminary, St. Louis, USA. Diretor do Seminário Concórdia e Faculdade Luterana Concórdia.

**Abstract:** The subject of this article is the use of theological principles to evaluate evangelistic methods in spreading the Gospel. It is known that initiatives in the use and customization of evangelistic initiatives demonstrate a genuine concern for bringing the Gospel of Jesus Christ to all people. However, there are theological elements that need to be considered, as there are practical consequences to be evaluated. Therefore, the objective of this study is to present an application of the articles of the Augsburg Confession as a basis for the theological analysis of evangelistic methods.

**Keywords:** Evangelism. Methods. Augsburg Confession.

## **INTRODUÇÃO GERAL AOS MÉTODOS EVANGELÍSTICOS DE DIFERENTES ORIENTAÇÕES TEOLÓGICAS**

Parte do texto desta primeira seção está baseada em um estudo apresentado junto com o Dr. Erni W. Seibert à Convenção Nacional da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) em 2002. Naquele contexto, a IELB vinha debatendo o uso de métodos evangelísticos na missão da igreja. Havia a proposta de adoção ou adaptação do “Evangelismo Explosivo”, oferecido em cursos para pastores e membros da IELB. Houve estudos sobre o tema, envolvendo a Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) e a congregação de professores dos Seminários (na ocasião, Instituto Concórdia, de São Paulo, e Seminário Concórdia, de São Leopoldo). Não faltaram tentativas de adaptação do método a partir de uma perspectiva luterana confessional, mas seu uso não veio a se concretizar no âmbito oficial da IELB, em vista de dificuldades percebidas do ponto de vista teológico nos referidos métodos.

Existem diferentes abordagens no que se refere ao uso de estratégias/métodos<sup>3</sup> evangelísticos originários de fonte não luterana. As abordagens

---

3 Para clareza na terminologia: “Estratégia”: “Arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos. Arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos”. (*Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 278). “Método”: “1. Caminho pelo qual se atinge um objetivo. 2. Programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado” (Idem, p. 431). Ainda que haja diferença entre os conceitos (método é mais amplo), em nosso meio eles têm sido usados praticamente como sinônimos, assim como neste trabalho.

diante dessas propostas podem ser resumidas em três alternativas: 1. Aceitação completa: parte-se do pressuposto que se o método tem origem em uma igreja cristã, não há por que não o utilizar; 2. Rejeição completa: considerando que a origem não se harmoniza com a teologia luterana, haverá problemas de doutrina, razão pela qual não pode ser utilizado; 3. Adaptação: eliminando o que se apresenta como teologicamente nocivo e mantendo o que se consideraria teologicamente sadio ou “neutro”.

Pelo que tenho observado, é comum adotar a terceira opção. A ideia é que o método em questão deve ter algo de bom. Portanto, por que não aproveitar o que há nele de saudável e excluir o que não corresponde à teologia luterana? À primeira vista, esta pode parecer ser uma abordagem apropriada. Mas, ela também não está livre de problemas.

A adaptação parte do pressuposto que um método é composto de partes, algumas das quais não são apropriadas dentro de uma visão teológica luterana. Bastaria, então, eliminar estas partes. A primeira dificuldade consiste em que um método é um todo e tem uma origem teológica determinada. Deve-se ter isso em mente ainda que se possa admitir que ele seja composto de diferentes práticas, algumas das quais, de fato, podem ser até certo ponto neutras.<sup>4</sup>

Uma teologia sadia e sólida é a base necessária e fundamental para o testemunho do evangelho por parte da igreja. Boas intenções e esforços não substituem a confissão da verdade revelada nas Escrituras.

A Igreja Luterana precisa fazer missão e evangelismo com integridade teológica. Isso requer a confiança e apoio de toda a igreja. A fim de merecer esse suporte, ela deve evitar fazer missão ou evangelismo com base em um fundamento ou motivação estranhos que possam trazer desprezo ao seu trabalho ou fazê-lo ficar sob suspeita. Por isso, a busca por uma justificativa teológica e eclesial para a missão é necessária e justificável. E não pode ser adiada (Scherer apud Schulz, 2024, p. 80).

Alguns dos problemas que podem ocorrer a partir do uso de métodos evangelísticos sem uma clara referência teológica sadia podem ser os seguintes:

---

4 Para exemplificar o que aqui entendo por “práticas”: visita de casa em casa; distribuição de folhetos; visita a hospitais; mensagem pelo rádio, TV, em praça pública; etc.

1. O perigo da manipulação. Isso ocorre quando se pretende levar pessoas a determinadas respostas ou reações preconcebidas, pensando-se assim estar levando a pessoa à fé verdadeira. A fé é fruto da ação do Espírito Santo, e não está sob nosso controle. É errado levar pessoas a concluírem que são cristãs a partir de determinada reação ou resposta; da mesma forma, é perigoso negar que uma pessoa possa ser cristã porque ainda não chegou a manifestar determinada reação ou resposta diante da abordagem evangelística. Há o risco de manipular pessoas e, até mesmo, de tentar-se (involuntariamente) manipular a Deus, fazendo-o agir quando e pela forma que nós prescrevemos.
2. O perigo do sinergismo. Ocorre quando o método pressupõe que a pessoa não cristã possa, por si só, tomar a decisão de crer no evangelho.
3. O perigo de ignorar o valor do batismo infantil. Muitas das pessoas a serem evangelizadas foram batizadas quando crianças. Mesmo que, pela sua vida presente, ignorem o valor do próprio batismo, ele continua sendo válido, caso tenha sido oficiado conforme a instituição de Cristo.
4. O perigo de desvirtuar o conceito de igreja. Alguns métodos trazem consigo a visão de uma igreja organizada de tal forma a ponto de poder ser considerada ideal e, desta maneira, estar pronta para o evangelismo. A igreja sempre vive debaixo da cruz. O evangelho, que se revelou na fraqueza e humilhação de Cristo, continua presente na igreja, que é feita de pecadores, que vivem de uma maneira nada próxima do “ideal” (veja-se o exemplo das congregações do Novo Testamento).
5. O perigo de desvirtuar o conceito e a função do ministério pastoral. Alguns métodos acentuam o papel do pastor como um administrador de dons, alguém que está aí para engajar as pessoas no serviço. É preciso lembrar que o chamado ao ministério é, acima de tudo, o chamado para pregar o evangelho e administrar os sacramentos, para perdoar e reter pecados, a fim de levar aos pecadores o consolo da salvação em Cristo. Um ministério de “sucesso” (se é que este seja um termo adequado) não é aquele em que necessariamente muita gente é engajada

no serviço, mas aquele em que com fidelidade se anuncia lei e evangelho, para salvação das pessoas.

6. O foco no uso de determinado(s) método(s) traz o risco de diminuir a ênfase da vivência cristã nas vocações. Luteranos confessam que Deus tem, para cada um de seus filhos, um chamado para viver dentro dos locais onde o colocou. Assim, por exemplo, na família, há o chamado para ser esposo, esposa, pai, mãe, filho, irmão. Na igreja, há o chamado para ser pastor, mas há também o chamado para ser membro da igreja, aplicando os dons e talentos dados por Deus. Na sociedade, há o chamado para ser patrão ou empregado, com tudo o que as relações no trabalho trazem; aí também existe a vocação para serviço público, para ser governante, juiz, professor, soldado ou, simplesmente, para ser cidadão. Cada um desses “chamados” (vocação) traz consigo uma série de oportunidades de testemunhar o evangelho por palavra e ação. É um erro colocar determinada estratégia que envolva de tal forma as pessoas em atividades organizadas pela congregação, que não valorize suficientemente as situações do dia a dia nos diversos locais em que Deus as colocou, no exercício da vocação cristã.
7. A ideia de que o método é, em si mesmo, o meio para chegar ao objetivo, ou seja, à evangelização. Na verdade, o meio é o evangelho; é a proclamação de Cristo, seja na palavra escrita ou falada, seja nos sacramentos. Pelo evangelho, a fé é criada. Assim sendo, luteranos têm se sentido à vontade para usar diversos métodos, estratégias, práticas, sem, no entanto, considerar qualquer um destes como sendo o método, a estratégia, a prática. Se determinado método for colocado como o padrão que deva ser adotado por todos os membros da igreja, coloca-se uma carga desnecessária e perigosa sobre as pessoas. Há certamente diversas formas de proclamar o evangelho, seja como igreja organizada, seja como membros individuais do corpo de Cristo nas vocações diárias. A liberdade em Cristo inclui a possibilidade do uso de muitos e variados métodos, desde que sejam portadores do evangelho claro e puro.

A considerar os apontamentos ou problemas acima, a análise teológica de métodos evangelísticos com origem diferente da confessionalidade luterana tende a ser uma abordagem um tanto negativa. Não há como deixar de apresentar as deficiências e perigos em métodos que não brotam de uma teologia sadia. No entanto, ao final destas reflexões iniciais, não quero concluir sem observar alguns aspectos positivos quando se considera os empreendimentos nos quais cristãos se empenham no propósito de proclamar o evangelho da salvação em Cristo:

1. Iniciativas evangelísticas fora do contexto luterano são lembretes de que a igreja luterana não é a única igreja cristã, e que a salvação não está presa à filiação à igreja luterana. Há evangelho, há fé, há cristãos onde quer que a palavra de Deus esteja sendo anunciada, graças à ação do Espírito Santo, que promove Cristo e sua obra. Isso não nos dá o direito de ignorar o erro. É preciso proclamar o evangelho puro sempre e a todas as pessoas. Ao lado dessas considerações, há que se lembrar que existem ações que envolvem diferentes grupos eclesiais na busca de um objetivo comum; um exemplo são as Sociedades Bíblicas – a produção da Bíblia no todo e em porções na língua nacional.
2. Existe o interesse de levar o evangelho ao mundo. Há preocupação em outras denominações cristãs em testemunhar a obra de Cristo, para perdão dos pecados, vida e salvação das pessoas. Isso é positivo, tendo em vista que igrejas cristãs por vezes deixam a proclamação de Cristo e sua obra de redenção, para se engajarem em movimentos de cunho social, ou em envolvimento unionista, que procura minimizar as diferenças entre o cristianismo e religiões não cristãs.
3. Há práticas empregadas pelas mais diversas denominações cristãs que podem ser utilizadas, visto não trazerem consigo uma visão teológica determinada. Aliás, é bom que se diga que algumas destas técnicas são empregadas até mesmo por grupos não cristãos, religiosos ou não. Um exemplo é o uso de meios de comunicação e redes sociais para proclamar o amor de Deus em Cristo. O fato de usar estes meios não denota necessariamente uma visão teológica hetedoroxa.

## PRINCÍPIOS DA CONFISSÃO DE AUGSBURGO COMO AUXÍLIO À ANÁLISE DE MÉTODOS EVANGELÍSTICOS

O objetivo agora é apresentar critérios teológicos confessionais que sirvam para avaliar métodos missiológicos. Para tanto, e no intuito de limitar o escopo da abordagem, tomamos por base os artigos I a XVII da Confissão de Augsburgo (CA), que poderão servir de balizas tanto para analisar métodos disponíveis, como para indicar princípios bíblicos para a missão.<sup>5</sup>

Três observações iniciais se fazem necessárias. Primeiro, o reconhecimento de que esta abordagem é limitada. Isso fica evidente tendo em vista o objeto da referência que aqui é tomado – apenas alguns artigos de um dos documentos confessionais, no caso, a CA. Além disso, não iremos tratar especificamente de métodos que estejam sendo utilizados na igreja luterana ou importados de outras realidades confessionais, mas apresentar princípios que poderiam ser aplicados na análise de diversos métodos.

Segundo, reconhecendo que os artigos da CA seguem uma ordem lógica, abordaremos brevemente cada um deles (artigos I a XVII), apontando de que forma os temas tratados nos ajudam na análise de métodos missionários. Alguns artigos, que tratam de temas muito próximos, serão tratados em conjunto.

Por fim, cada um dos dez pontos abaixo trará inicialmente uma afirmação, baseada em artigo da CA, que destaca o ponto a ser avaliado em estratégias utilizadas na missão. Depois desta afirmação inicial, ofereceremos algumas reflexões sobre cada questionamento. Algumas aplicações serão bastante evidentes tendo em vista o texto dos artigos da Confissão; outras, porém, buscarão fazer conexões entre princípios que vejo operando na base de artigos da CA e a aplicação destes princípios a situações contemporâneas.<sup>6</sup>

---

5 As citações são tiradas da edição do *Livro de Concórdia* (LC) em português, publicado em 2021 (cf. referências bibliográficas).

6 Sobre as Confissões Luteranas como “fonte e guia” para a igreja, também na sua atuação missionária, ver: SCHULZ, Klaus Detlev. *Missão a partir da Cruz*. Trad. Leandro Hübner. Porto Alegre: Concórdia, 2024, p. 80-89.

## 1. UMA CLARA E EXPLÍCITA CONFISSÃO DE FÉ NO DEUS TRIÚNO [CA I]

Isso significa confessar o que os credos ecumênicos afirmam. Não o fazer seria comparável ao ateísmo. Levando em conta os três artigos do Credo, não apenas no que se refere às Pessoas do Pai, Filho e Espírito Santo, mas à obra atribuída especialmente a cada um deles, pode-se falar de “ateísmos”. Assim, um ateísmo contra o 1º artigo seria a negação de haver Deus. Tendo por base o 2º artigo, a confiança nas próprias obras como meio de salvação pode ser considerado uma forma de ateísmo, por negar a missão específica do Filho de Deus. Além disso, poder-se-ia falar de um “ateísmo prático”, referente ao 3º artigo, quando a ênfase da conversão está na decisão da pessoa em aceitar Cristo como Salvador.<sup>7</sup> Com esta perspectiva, mesmo que a pessoa confesse a identidade do Espírito Santo como pessoa da Trindade, em termos práticos estaria diminuindo sua ação.

Nem sempre está claro para os cristãos o aspecto prático, vivencial, da doutrina da Trindade. Esta pode parecer, numa análise superficial, como um dado teológico básico e teórico. No entanto, o ensino bíblico sobre Deus não se detém muito na definição das *opera ad intra* de Deus, ou seja, as inter-relações eternas das pessoas da Trindade; o foco bíblico está na ação criadora e redentora de Deus, as *opera ad extra*.

Assim, valorizar a doutrina da Trindade não se resume a confessar um único Deus em três Pessoas eternamente unidas, o Deus Triúno, mas em reconhecê-lo e testemunhá-lo como aquele que por sua obra passada, presente e futura, efetivamente dá uma identidade abençoada a suas criaturas, particularmente ao ser humano. Lutero manifestou isso no início de sua explicação ao primeiro mandamento no Catecismo Maior:

Deus designa aquilo de que se deve esperar todo o bem e em que devemos nos refugiar em todos os apertos. Ter um Deus, portanto, não é outra coisa senão confiar e crer nele de coração. Como já afir-

---

7 Devo esta linguagem, de “ateísmo prático”, ao prof. Dr. Leopoldo Sánchez, que adapta uma observação do teólogo alemão, Heribert Mühlen: “[...] o ‘ateísmo do coração’, que afeta a igreja sempre que esta, embora acredite formalmente na existência de Deus, se mostra fechada – ou seja, quando demonstra muito mais desconfiança do que abertura – à experiência do Espírito Santo mediada pela proclamação do evangelho em sua vida e missão” (SÁNCHEZ M., Leopoldo A. *Pneumatología – Un estudio del Espíritu Santo y la Espiritualidad del Pueblo de Dios*. St. Louis: Concordia, 2005, p.31).



mei repetidas vezes, apenas o confiar e o crer de coração faz ambos: Deus e ídolo. Se a fé e a confiança estão corretas, então também o seu Deus é o Deus verdadeiro. Por outro lado, onde a confiança é falsa errônea, aí também não está o Deus verdadeiro. Esses dois, fé e Deus, sempre andam de mãos dadas. Aquilo, portanto, a que você prende e a que entrega o seu coração, isso, digo eu, é de fato o seu Deus (Catecismo Maior, 1ª parte, 2,3; LC, 414).

A importância da confissão sobre quem é Deus e qual sua obra junto à criação se mostra também no testemunho dos cristãos. O Credo cristão (seja ele na forma do Apostólico, Niceno-Constantinopolitano ou Atanasiano) nos remete a proclamar Deus e sua obra e não a nossa identidade, nossos feitos, nosso caráter. Resumidamente se poderia dizer que testemunhar a fé é contar a história de Deus com suas criaturas, em como ele, sendo o Senhor de todo o Universo, agiu e age de forma poderosa e graciosa junto aos que ele criou, mantendo, redimindo e santificando. Isso traz o foco do que deve ser o testemunho cristão, particularmente na abordagem evangelística. Nas palavras de Gene Veith:

Uma das melhores maneiras na qual os cristãos podem testemunhar a alguém hoje, tanto para os inimigos ativos quanto para o número bem maior de ignorantes e indiferentes, é simplesmente informá-los objetivamente do que se trata a fé cristã. [...] Testemunhar não significa ser uma testemunha de acusação. Também não é principalmente uma declaração de experiências pessoais, nem o resultado de uma longa discussão intelectual. A apologética tem a sua importância, mas o evangelho não é comunicado por meio de debates, ou por apelos eloquentes, ou carisma pessoal, ou manipulação perspicaz (1Co 1.18-25), mas pela Palavra de Deus. Quando esta palavra, a mensagem do Cristo crucificado, é apresentada, ela é eficaz e por si mesma pode criar a fé nos seus ouvintes [Hb 4.12; Rm 10.17] (2006, p. 46, 47).

## *2. TOTAL DEPRAVAÇÃO NATURAL DO SER HUMANO E IMPOSSIBILIDADE DE UMA MUDANÇA POR INICIATIVA OU FORÇA HUMANA E A CONSEQUENTE JUSTA IRA DE DEUS POR CAUSA DO PECADO (CA II)*

O pecado é, na sua base, a falta de temor e amor a Deus, a natural concupiscência, que condena à morte eterna e produz toda sorte de pecados e vícios na vida diária. Atacar os pecados e vícios individuais

não resolve o problema do pecado; esta é uma importante contribuição do artigo II da CA.

Métodos evangelísticos pecam contra este princípio quando: (a) ignorando a seriedade do pecado original, resumem a pregação da lei aos pecados e vícios atuais, dando a entender que bastaria abandonar as práticas pecaminosas para estar em comunhão com Deus; (b) sugerindo que caberia à pessoa, ao abandonar o pecado, decidir-se por Cristo.

A culpa que vem do pecado original e atual não é resolvida por qualquer movimento própria do pecador, mas somente o Espírito Santo, chamando pelo evangelho, ilumina e santifica, perdando o pecado por causa da obra redentora de Cristo. Permanece a concupiscência, mas a culpa é perdoada, de modo que não mais pesa sobre o pecador a ira de Deus e a condenação. Por isso, diminuir a força do pecado original/hereditário significa desonrar a obra de Cristo e os seus santos benefícios salvíficos e ignorar a ação do Espírito Santo ao trazer o perdão de Cristo por meio do batismo e da proclamação do evangelho.

### *3. A CONFISSÃO DE JESUS CRISTO COMO DEUS E HOMEM E QUE SOMENTE PELA SUA OBRA REDENTORA EXISTE VIDA NO SEU SENTIDO PLENO PARA O SER HUMANO (CA III)*

Uma abordagem sadia da cristologia reconhece a verdadeira humanidade e a verdadeira divindade de Jesus e a união pessoal. Por isso, reconhece que Cristo, Deus e homem, morreu pelos pecados; e que, na santa ceia, Cristo nos é dado não apenas em sua divindade, mas com o pão e vinho nos oferece e dá seu verdadeiro corpo e sangue.

Este artigo, levando em conta o anterior, sobre o pecado original, que condena à morte eterna, aponta para o foco da missão da igreja, que é a missão de Deus: salvar pecadores das consequências do pecado. Esta ênfase se opõe a uma visão de missão que priorize aspectos sociais, que têm sido o foco de algumas perspectivas missiológicas, com o argumento de propor uma missão integral. Sem negar que a igreja e os cristãos individuais devem zelar pelo bem do próximo em suas necessidades corporais, emocionais, sociais, é preciso dizer com clareza que o próprio da missão cristã é o anúncio de Jesus Cristo e sua obra redentora para salvação eterna do pecador. Ao realizar sua missão fundamental, de proclamar o evangelho, a igreja deixa marcas

de amor pelo caminho, amor que reflete ao semelhante o amor de Deus manifestado em Cristo.

O artigo sobre o Filho de Deus mostra o propósito da obra de Cristo, com os resultados para a vida dos cristãos: “a fim de santificar, purificar, fortalecer e consolar, pelo Espírito Santo, os que crerem nele, repartindo entre eles também vida e toda sorte de dons e bens, protegendo-os e defendendo-os contra o diabo e o pecado” (CA III, 5 – texto na língua alemã; LC, 48).

A obra de Cristo concede perdão dos pecados, e pelo Espírito Santo é operada a comunhão com Deus, ao aplicar os benefícios da obra objetiva de Cristo ao pecador. No testemunho evangelístico é primordial que fique claro o “Cristo por nós”. Sem negar que Jesus seja exemplo para os cristãos (cfe. 1Pe 2.21), o evangelho testifica sua obra redentora, que acontece fora de nós, sendo obra objetiva, independentemente dos resultados que ocorrem em nós.

O que dizer sobre a distinção por vezes feita entre o papel de Jesus como Salvador em comparação a ele como Senhor? Ela se apresenta, por exemplo, na seguinte forma: “Jesus é Salvador no campo da justificação; mas é Senhor na santificação”. A distinção é feita no sentido de ressaltar o senhorio de Cristo sob a perspectiva da obediência à lei. E a conclusão que se chega é: “Não basta ele seja seu Salvador; é preciso que ele se torne seu Senhor”. Algo semelhante acontece quando se aborda o tema do “discipulado”, como se fosse algo diferente de ser cristão, como se colocasse a pessoa em outro patamar na sua relação com Deus. Tal abordagem abre portas para uma pregação e ensino legalistas, em que Jesus passa a ter um papel de legislador, dando a impressão de que sua obra redentora seria insuficiente. A explicação de Lutero ao segundo artigo do Credo no Catecismo Menor reflete com clareza e pureza o conceito bíblico do senhorio de Cristo. Ali o reformador coloca a razão para confessar Jesus como “meu Senhor”:

Ele remiu a mim, ser humano perdido e condenado. Ele me resgatou e salvou de todos os pecados, da morte e do poder do diabo, não com ouro ou prata, mas com seu santo e precioso sangue e sua inocente paixão e morte. Ele fez tudo isso para que eu lhe pertença e viva submisso a ele, em seu reino, e o sirva em eterna justiça, inocência e bem-aventurança, assim como ele ressuscitou da morte, vive e reina eternamente (Catecismo Menor II, 4,5; LC, 390).

#### 4. A JUSTIÇA QUE CONTA DIANTE DE DEUS – GRAÇA, CRISTO, FÉ (CA IV)

As três expressões usadas no artigo IV da Confissão de Augsburgo colocam com clareza a doutrina da justificação do pecador: “gratuitamente [*gratis*] por causa de Cristo [*propter Christum*], mediante a fé [*per fidem*]” (CA IV, 1, 2 – tradução do texto latino; LC, 51). A graça de Deus, não quaisquer méritos humanos, é a base, e ela se manifesta concretamente pela obra realizada por Cristo; ou seja, a graça de Deus é cristológica. E a obra de Cristo é recebida pela fé: “quando cremos que Cristo padeceu por nós e que, por sua causa, o pecado nos é perdoado e a justiça e a vida eterna nos são presenteadas (CA IV, 2 – texto alemão; LC, 51). É fundamental deixar claro o conceito de justiça de Deus com o qual as Confissões Luteranas operam. O próprio Lutero tinha a ideia, comum no ensino de sua época, de que a justiça de Deus “se referia principalmente (senão exclusivamente) à justiça de Deus executada quando julga aqueles que não corresponderam às suas expectativas e recompensa aqueles que viveram vidas santas” (Kolb e Arand, 2008, p. 35).

Quando confessamos a doutrina bíblica da justificação pela fé estamos falando da forma como Deus, por graça, por causa de Cristo, vê a pessoa no todo da sua vida: “Justificação não é aprovação de determinada obra; é aprovação da pessoa toda” (Apologia da CA, IV, 222 – *Livro de Concórdia*, edição de 1980, 142, 3). Esta verdade é corroborada pela linguagem forense com a qual, com base no ensino do Novo Testamento, as Confissões Luteranas apresentam a justificação: “‘ser justificado’ não significa ‘fazer do ímpio um justo’, mas, segundo o uso forense, ‘ser declarado justo’” (Apologia da CA IV, 253; LC, 193).

Sempre que na evangelização (ou na pregação ou ensino em geral) se apresenta a doutrina da salvação dando a entender que o pecador possa de alguma forma contribuir, mesmo que seja com sua anuência, há um importante desvio do ensino bíblico. Apesar de que a justiça de Cristo produz nova vida (cfe. se verá no artigo VI da CA), a justiça que vale perante Deus é passiva.

Os frutos que brotam da fé não são a justiça atribuída ao pecador, mas sua consequência. A certeza da salvação é real, baseada unicamente

na promessa de Deus, não nos frutos que virão.<sup>8</sup> A proclamação evangelística precisa cuidar em não misturar santificação com justificação. O abandono de vícios e uma atitude de obediência aos mandamentos não é garantia de salvação e não devem ser o foco da mensagem. Infelizmente esses são, por vezes, os aspectos que recebem ênfase em algumas pregações missiológicas de origem reformada e carismática.

*5. O MINISTÉRIO (OFÍCIO DA PREGAÇÃO) É INSTITUIÇÃO DE CRISTO, POR MEIO DO QUAL ELE MESMO BATIZA, PROCLAMA O EVANGELHO E ENTREGA SEU CORPO E SANGUE NA SANTA CEIA, A FIM DE QUE O ESPÍRITO SANTO OPERE E FORTALEÇA A FÉ NA SUA OBRA REDENTORA (CA V E XIV)*

Na perspectiva luterana (que reflete o ensino bíblico) o papel do ministério<sup>9</sup> está diretamente ligado ao artigo da justificação pela fé, por causa de Cristo, pela graça de Deus.<sup>10</sup> Isso implica que o trabalho pastoral deve ser entendido, antes de qualquer outra coisa, e acima de qualquer outra função que lhe seja atribuída, como o instrumento de Deus para a salvação dos pecadores, e isso por meio da proclamação pura do evangelho e da administração fiel dos sacramentos. Entender o ministério numa perspectiva administrativa ou de gerenciamento dos dons e oportunidades dos membros da igreja é desviar o foco daquilo que a instituição de Cristo deixou claro (Mt 28.29,20; Jo 20.21-23; At 1.8; 2Co 5.18-20; cf. CA XXVIII).<sup>11</sup>

8 O conceito de promessa de Deus é fundamental no testemunho das Confissões Luteranas e nos escritos de Lutero. Sobre a importância deste conceito, ver KOLB, Robert, e ARAND, Charles. *The Genius of Luther's Theology*. Grand Rapids: Baker, 2008, p. 41,42.

9 O termo “ministério” tem sido usado de formas diversas no contexto das igrejas cristãs, inclusive em igrejas luteranas. Por exemplo, fala-se em “ministério de louvor”, “ministério de jovens”, etc. Neste trabalho, o termo é usado especificamente para o ofício da pregação (*Predigtamt*, no título do artigo IV na versão em alemão da CA) instituído por Cristo.

10 Isso se evidencia no fato do artigo V da CA iniciar com uma clara conexão com o artigo IV, da justificação; “Para que alcancemos esta fé [...]”. Os demais “artigos principais da fé” (título da versão latina dos artigos I a XXI da CA) mostram tratar de um tema distinto do anterior, ao introduzir o assunto com “As igrejas também ensinam [...]”.

11 Lutero, em um sermão sobre o Salmo 110, aponta para a necessária distinção entre o sacerdócio dos batizados e o ministério da pregação e administração pública dos sacramentos: “[...] são necessários pregadores e pastores. Esse ofício não pode ser cumprido por todos os membros de uma congregação. [...] Portanto, é necessário selecionar e ordenar aqueles que podem pregar e ensinar, que estudam as Escrituras e que são capazes de defendê-las. Eles lidam com os sacramentos pela autoridade da congregação [...] Essas funções não pertencem ao sacerdócio como tal, mas ao ofício público que é realizado em favor de todos os sacerdotes, ou seja, os cristãos” (LUTERO, Martinho. PELIKAN, Jaroslav (ed.). *Selected Psalm II. In: Luther's Works*, v. 13. St. Louis: Concordia, 1956, p. 334).

É preciso um cuidado especial no uso de métodos evangelísticos que deem a impressão de que “Deus fez tudo por ti; agora cabe a ti decidir aceitar”. Não há um “livre arbítrio” na relação do pecador com Deus. Isso fica claro na forma como diz o artigo XVIII da CA:

[...] o ser humano tem, até certo ponto, livre arbítrio para viver exteriormente de maneira honrada e discernir as coisas que a razão compreende. Sem a graça, sem o auxílio e sem a atuação do Espírito Santo, todavia, o ser humano é incapaz de agradar a Deus, de temê-lo de coração, de amá-lo ou de crer nele, ou de expulsar do coração o desejo mau ou inato, sendo isto feito pelo Espírito Santo, que é dado pela palavra de Deus. Pois Paulo diz em 1 Coríntios 2[.14]: “A pessoa natural não capta as coisas do Espírito de Deus” (CA XVIII, 1-3 – texto alemão; LC, 60).

É possível observar repercussões do primeiro artigo da CA no artigo V. A correta confissão trinitária, aliada à particularidade da salvação unicamente pela obra de Cristo, nos deve levar a enfatizar de maneira correta a pessoa e obra do Espírito Santo. Assim, por exemplo, é preciso questionar algumas tendências contemporâneas que dão uma ênfase ao papel do Espírito Santo, como se ele tivesse uma missão independente da obra de Cristo.<sup>12</sup> Nesse sentido, a confissão do *filioque* (“e do Filho” – 3º artigo do “Credo Niceno”) tem uma importância missiológica e não somente de manifestar uma correta compreensão sobre as relações intratrinitárias. Tendências ecumênicas por vezes procuram colocar o papel do Espírito Santo como de alguém agindo não só na fé cristã, mas em outras religiões, mesmo onde Cristo e sua obra não são conhecidos.<sup>13</sup>

---

12 Lutero conecta de maneira muito clara o papel do Espírito Santo com a obra de Cristo, em sua explicação ao terceiro artigo no Catecismo Maior: “[...] nem você nem eu jamais poderíamos saber algo a respeito de Cristo ou crer nele e conseguir que seja nosso Senhor se o Espírito não nos apresentasse Cristo e o apresentasse ao coração pela pregação do evangelho. A obra foi feita e está completada, pois Cristo obteve e conquistou esse tesouro para nós por meio de sua paixão, morte, ressurreição etc. Mas se a obra ficasse oculta, de forma que ninguém soubesse dela, teria sido em vão, um esforço inútil. Ora, para que esse tesouro não ficasse enterrado, mas fosse aplicado e desfrutado, Deus enviou e fez proclamar a palavra, na qual nos deu o Espírito Santo, a fim de trazer até nós esse tesouro, que é a redenção, e torná-lo propriedade nossa” (Catecismo Maior, 2ª parte, 38; LC, 469).

13 Esta é, por exemplo, a posição defendida por Gottfried Brakemeier: “[...] devemos dizer não só que todos os seres humanos foram criados à imagem de Deus; devemos dar-nos conta também que o Espírito Santo sopra onde quer. Isto significa admitir a possibilidade de descobrir nas religiões

Tal ensino é um desvio fundamental da mensagem bíblica da salvação unicamente por meio da fé em Cristo.<sup>14</sup>

O artigo V ainda traz uma expressão com importante repercussão para a reflexão missiológica. O Espírito Santo opera a fé por meio da palavra e sacramentos “onde e quando agradar a Deus naqueles que ouvem o evangelho” (CA V, 2 – texto latino; LC, 51). A obra do Espírito Santo em levar pessoas à fé “onde e quando lhe apraz” (CA V, 2 – texto alemão; LC, 50) lembra à igreja que deve deixar para Deus o crescimento numérico de cristãos. É preciso cuidar para não cair na tentação de estabelecer metas numéricas, sobre as quais realmente não temos controle algum. Afinal, “o Senhor acrescentava dia a dia os que iam sendo salvos” (At 2.47), pois “Deus dá ao crescimento” (1Co 3.7).

Por outro lado, a afirmação do artigo V lembra que temos a promessa de que o Espírito Santo opera a fé “naqueles que ouvem o evangelho”. E isso implica a necessidade absoluta de proclamar o evangelho. É papel do ofício do ministério, e da igreja como um todo, dedicar-se a que o evangelho chegue até as pessoas. Qualquer planejamento evangelístico pode (e deve) pensar em formas de que o evangelho seja proclamado a mais gente, e deixar para o Espírito Santo o papel de convencer, levando pecadores à fé.

O artigo V da Confissão de Augsburg testemunha a necessidade de haver o ministério pastoral, não como algo abstrato, mas com pessoas que se tornam “oficiais” (cfe. *Predigtamt*, no original alemão). Isso confere com as palavras de Cristo registradas no final dos evangelhos, como lembra Detlev Schulz:

[...] os textos da grande comissão apresentam um método que deve permanecer com a igreja por todos os tempos. Eles encorajam o envio de indivíduos autorizados para fazer discípulos através do batismo e ensino (Mateus 28) e pela entrega do perdão dos pecados por meio da pregação e a absolvição (João 20) (Schulz, 2024, p. 9).

---

não-cristãos eventuais sinais de ‘parentesco espiritual’” (BRAKEMEIER, Gottfried. Missão Cristã num Contexto de Diálogo Inter-religioso, p. 19-34. In: GRAFF, Anselmo E. (org.). *O testemunho cristão num Contexto de Diálogo Inter-religioso*. Porto Alegre: Concórdia, 2007, p. 29).

14 Ver Schulz, *Missão a partir da Cruz*, p. 119, 120.

Esta necessidade é posteriormente (artigo XIV) enfatizada, com a colocação de homens no ofício sendo regulada por meio do “chamado conforme o rito” (*rite vocatus*).

A ênfase no ofício do ministério não nega o papel do testemunho do evangelho por parte dos membros da igreja em suas vocações diárias e em ações conjuntas da congregação. Pelo contrário, isso deve ser incentivado.<sup>15</sup> O testemunho pessoal dos membros da igreja encaminha pessoas para a pregação pública do evangelho e para a recepção do batismo e da ceia do Senhor, administrados por aqueles que foram chamados para tal ofício (conforme CA XIV).

Na perspectiva bíblica, assim confessada nos escritos confessionais, a proclamação verbal não é opção para a igreja, mas a função fundamental do ministério, que é o ofício “da palavra”. Cabe, pois, ainda uma observação sobre o texto do artigo V da CA, com implicações para a evangelização, levando em conta uma afirmação que é por vezes atribuída a Francisco de Assis: “Testemunhe sempre; se preciso, use palavras”.<sup>16</sup> Não se questiona a importância da coerência da vida cristã como um testemunho visível da fé. A vida cristã reflete o que se crê; no entanto, é preciso, sim, que o evangelho seja proclamado com a “palavra externa” (CA V, 4 – texto latino; LC, 53; no texto alemão: “palavra física”, LC, 52). Tal ênfase na palavra proclamada não exclui de forma nenhuma a coerência da vida cristã. Assim lembra Detlev Schulz:

Os textos da grande comissão claramente obrigam a igreja a proclamar o evangelho a todas as nações (Mt 28.18-20; Mc 13.10; 16.15,16; Lc 24.46-48). Dentro desta atividade de proclamação e pregação devemos incluir também um conjunto mais amplo de comunicação do evangelho – isto é, testemunho pessoal, formas não orais tais como o modo de vida dos crentes e o uso de símbolos (Schulz, 2024, p. 31).

---

15 Para uma abordagem sadia do papel do sacerdócio dos cristãos em harmonia com o ofício pastoral, ver: ZIEGLER, Roland. Priesthood and Office. *Logia*, v. 28, n. 1, Epif. 2019, p. 25-34. Robert Rosin mostra, a partir dos escritos de Lutero, como o ofício instituído por Cristo tem uma função especial, que favorece os sacerdotes, os batizados: “O importante é entender que é o evangelho que faz com que a igreja seja o que é, e que os crentes, côncios de serem sacerdotes perante Deus, queiram e precisem de um pastor não porque estão procurando um mediador, e sim, porque querem ser alimentados com a palavra” (ROSIN, Robert. Lutero e a Estrutura da Igreja então e agora. In: BUSS, Paulo W. (org.). *Lutero e o Ministério Pastoral* – Textos do 1º Simpósio Internacional de Lutero. Porto Alegre: Concórdia, 2015, p. 89).

16 Esta autoria de Francisco de Assis não parece estar comprovada.



*6. A IGREJA É CRIAÇÃO DIVINA, E A VIDA COMUNITÁRIA CENTRALIZADA NOS MEIOS DA GRAÇA É FUNDANTE PARA A FÉ E A VIVÊNCIA CRISTÃS. POR ISSO, DEVE-SE ENFATIZAR O ASPECTO DA VIDA RECEPTIVA DO CRISTÃO INDIVIDUAL E DA IGREJA (CA VII E VIII)*<sup>17</sup>

A igreja tem sua identidade definida a partir da obra de Cristo, recebida pela fé, entregue por meio da proclamação do evangelho e dos sacramentos. O artigo VII da CA define a igreja a partir dos meios da graça e não a partir daquilo que ela realiza. E é exatamente na entrega desses meios que a igreja se caracteriza como missionária.

A igreja recebe vida e é nela sustentada pelos meios da graça e não por causa de sua organização e ações. Por isso, no que se refere à obra missionária, ainda que dando a devida atenção ao contexto específico em que vive, a igreja não perde o foco na obra objetiva de Deus realizada através dos meios da graça.

Uma sadia eclesiologia é fundamental para a prática missionária. É preciso que estejamos atentos para a falsa ideia de que se fizermos algumas alterações na forma de ser igreja, isso a tornará relevante e com significativo crescimento. Jonathan Fisk, em seu livro *Broken*, analisa três ideias que se propõem a serem soluções para a igreja no que se refere ao seu crescimento, mas que trazem consigo, na avaliação de Fisk, problemas teológicos na sua eclesiologia.

A primeira é o que Fisk chama de “idolatria da ordem”, que focaliza a estrutura da igreja como fator fundamental para seu crescimento. Para fazer a igreja realmente funcionar seria preciso, nesta visão, ter uma organização administrativa específica. Olhando para as denominações cristãs, podemos encontrar estruturas com uma hierarquia bastante definida, como na Igreja Católica Romana, ou com o sistema de sucessão apostólica, presente também entre os anglicanos, ou na independência congregacional, entre reformados, etc. A ideia criticada por Fisk é a que sugere que com uma organização adequada, a igreja será missionária e terá necessariamente bons resultados (Fisk, 2012, p. 163, 164).

O segundo caminho indicado como mudança necessária na igreja é o que Fisk critica como sendo “idolatria do culto”. Nesta ideia, para ter a igreja ideal é preciso ter determinada liturgia, entendida como formas

---

<sup>17</sup> Para um excelente estudo sobre a eclesiologia confessional luterana, ver: MARQUARDT, Kurt E. *The Church and Her fellowship, Ministry, and Governance*. Fort Wayne: The International Foundation for Lutheran Confessional Research, 1990.

com as quais nós iremos fazer algo para Deus quando nos reunimos para o culto. Assim, as propostas têm sido das mais variadas – não usar instrumentos musicais que não estejam citados na Bíblia; ou, pelo contrário, usar instrumentos musicais mais contemporâneos, que não sejam os tradicionais; ou de ter uma música que seja mais inspiradora e animada; usar orações livres e sermões sem preparo prévio; organizar culto jovem ou culto organizado pelos leigos; etc. Fisk mostra a inadequação de tal abordagem, pois ela de fato não representa um aprimoramento do que significa ser igreja (Fisk, 2012, p. 165-167). São aspectos do dia a dia da vida da igreja sobre os quais certamente é possível exercer uma liberdade, mas que não tocam na essência do que é ser igreja e, por isso, não deveriam ser considerados como decisivos para seu crescimento ou aprimoramento.

Fisk ainda lembra um terceiro elemento que por vezes é colocado como fundamental para tornar uma igreja viva, ativa e missionária: a pessoa do líder. Trata-se de uma ideia que considera não ser suficiente que o pastor pregue com pureza a palavra de Deus; ele precisa ter algum carisma especial; ele deve ter habilidades em administração e liderança; ele precisa ter visão sobre o reino de Deus, algo que vá além dos outros cristãos; etc. E seria por estas qualidades especiais do ministro que a igreja teria realmente um crescimento conforme vontade de Deus (Fisk, 2012, p. 167, 168).

O problema dessas propostas é o que está na base de cada uma delas e que Fisk resume com a expressão por ele ouvida certa vez: “Se ao menos nós pudermos...”. “Se ao menos nós pudermos melhorar a música na igreja, a sua estrutura, a sua liderança, a sua liturgia, etc... então a igreja crescerá”. Ou seja, a busca por uma igreja ideal parte, nessas propostas, daquilo que nós, com nossa estrutura, forma de culto ou liderança pudermos realizar de diferente do que vem sendo feito. Existe aí um problema no conceito de igreja, pelo fato de fazer depender sua existência e força a partir de ações humanas. A igreja cristã, como corpo de Cristo, por ele edificada através dos meios da graça, tem sua identidade fundamental como receptora das dádivas de Deus.<sup>18</sup> Ao invés

---

18 Um excelente estudo ressaltando este caráter receptivo da igreja encontra-se no artigo de PATRÍCIO, Timóteo: A Natureza Passiva da Igreja – Uma análise do conceito de igreja e suas implicações para a vida dos crentes. *Igreja Luterana*, v. 75, n. 1, p. 29-51, jun. 2016.

do foco na obra de Cristo, servindo seu rebanho com seus dons preciosos no evangelho, coloca-se o foco em um ativismo e antropocentrismo.

Vale lembrar que as observações acima não deveriam soar como um desprezo por aquilo que nos cabe pensar, planejar e realizar com fidelidade e no melhor uso das dádivas que Deus nos concedeu. Mas será um exagero pensar que pelas mudanças que nós fizemos a igreja será absolutamente outra, e para melhor.

Quando tais ideias surgem na igreja, como sendo a solução que resolverá os problemas e tornará a igreja realmente eficiente na sua missão, vale lembrar as sábias palavras de Hermann Sasse em um sermão sobre João 17, feito durante a Segunda Guerra mundial:

Como a Palavra fundou a igreja, assim a Palavra de Cristo preserva a igreja. Nem a mais brilhante organização humana, nem a mais esplêndida liturgia, nem os mais sábios dentre os homens, nem as mais esplêndidas construções preservam a igreja. Isto é feito pela Palavra somente, pela Palavra do evangelho – a mensagem do perdão dos pecados. Uma ética frutífera pode ser encontrada também no Confucionismo, uma hierarquia resplandecente também com o Dalai Lama, uma teologia científica também na sinagoga, uma batalha contra o álcool também entre os turcos e um movimento jovem também em Moscou – mas o perdão dos pecados só em Jesus Cristo (Sasse, 1986, p. 16).

## *7. OS SACRAMENTOS SÃO MEIOS EFICAZES PELOS QUAIS DEUS OPERA E FORTALECE A FÉ (CA IX, X, XI, XII E XIII)*

Na ação missionária da igreja é ponto fundamental confessar o batismo como meio objetivo pela qual a graça de Deus é manifestada ao pecador, opera a fé e dá o perdão dos pecados. Luteranos evitam adjetivar o batismo (batismo de adultos; de crianças; de crentes; etc.). Mas confessam ser ele o “lavar regenerador e renovador do Espírito Santo” (Tt 3.5) e, por isso, ação realizada pelo próprio Deus, não pelos homens, que tão somente agem como instrumentos, no ministério. Portanto, o batismo é confessado como meio eficaz para dar nova vida tanto para adultos como para crianças. Por isso, luteranos celebram o batismo de crianças em sua idade mais tenra, reconhecendo-o como tendo a mesma validade daquele realizado em um adulto que já tenha confessado sua fé.

A igreja vive concretamente em um contexto histórico e social, e esse contexto não pode ser ignorado. Mas a atenção ao tempo e local onde a igreja está não pode ignorar aspectos fundamentais determinados pela Escritura, particularmente o lugar do batismo como meio evangelístico por excelência:

[...] se a nossa missão deseja ser escriturística, ela deve definir sua estratégia e meta em torno do fato de que o Senhor acrescenta salvos à igreja através de sua palavra pregada e através do batismo. Nós temos a tendência, sim, mesmo como luteranos, de afirmar a grande comissão como textos de “testemunho” e nunca mencionar o batismo, de forma que nossa estratégia poderia ser assinada por qualquer outra denominação, seja ela batista ou pentecostal. Para fazer justiça total à grande comissão, a igreja deveria olhar por uma estratégia que inclui o ato do batismo como o *critério visível* que divide cristãos e os não-cristãos (Schulz, 2009, p. 36).

A vida cristã iniciada no batismo e alimentada pelo corpo e sangue de Cristo é efetivamente renovada pelo perdão dos pecados, concedido objetivamente na absolvição do pecador. Isso inclui a pessoa que após o batismo caiu da fé, mas foi convertida. Há, portanto, o reconhecimento que Cristo está efetivamente agindo por meio do ofício pastoral e que ao receber a absolvição do pastor, deve-se confiar que é o perdão do próprio Cristo entregue por meio do seu servo. Isso é feito regularmente e publicamente pelo ministro chamado e ordenado, mas “em caso de necessidade”, vale também a absolvição do crente ao seu irmão (Tractatus 67; LC, 376).

Ao mesmo tempo em que reconhecem e confessam o valor objetivo dos meios da graça, luteranos rejeitam uma visão mágica dos sacramentos, como se estivessem desconectados da fé. Igualmente rejeitam uma visão simbólica, em que o batismo e a ceia do Senhor são considerados apenas como sinais que identificam quem é cristão. É preciso examinar métodos e estratégias evangelísticas que colocam seu foco em “testemunho/confissão de fé”, sem referência aos meios dados por Cristo, o batismo, a absolvição, a santa ceia, tratando estes como se fossem apenas sinais na vida do crente, que serviriam para comprovar que já existe nele a fé salvadora.

Ao tratar da necessidade de arrependimento, a CA deixa claro que o cristão é justo (tendo sido justificado mediante a fé em Jesus), mas que continua sendo um pecador necessitado da graça de Deus. É preciso cuidar no testemunho do evangelho para não dar a impressão de que a pessoa convertida estará para sempre livre de pecados e vícios, de modo que sua vida será um reflexo perfeito do exemplo de Cristo. Uma visão realista do ser humano não apenas confessa de maneira fiel o ensino bíblico da antropologia, como também acentua o papel redentor de Cristo, disponível ao pecador pela palavra de absolvição. Assim, confessar o que diz a CA sobre o arrependimento daqueles que caíram implica conduzir o pecador aos meios da graça. Isso significa dizer que o foco estará em Cristo e no seu sacrifício vicário e não em uma mudança na própria vida.

*8. UM SAUDÁVEL EQUILÍBRIO NO USO DE TRADIÇÕES E RITOS – CONSERVANDO-OS QUANDO CONTRIBUEM PARA PAZ E BOA ORDEM, MAS REJEITANDO UM USO QUE TRAGA PESO ÀS CONSCIÊNCIAS, COMO SE FOSSEM NECESSÁRIOS PARA A SALVAÇÃO (CA XV)*

Um dos assuntos normalmente lembrados sob este tema refere-se às formas litúrgicas usadas no culto público da igreja. Parto do princípio de que o culto da igreja deve ser entendido primordialmente como obra de Deus, pela qual ele serve seu povo com perdão dos pecados e vida em comunhão.<sup>19</sup> É preciso dizer que nenhuma forma de culto é absolutamente neutra no que se refere à teologia que a subjaz.

Aqui entra a questão sobre o quanto a liturgia é (se é que ela de fato é um) adiaforo. Uma excelente abordagem se encontra no artigo de Charles Arand sobre o tema, em que ele aponta quatro princípios fundamentais ao considerarmos os adiaforos: (1) confissão do evangelho; (2) continuidade com a tradição católica; (3) sensibilidade contextual para a missão; (4) consenso da igreja. Arand sugere uma analogia para a compreensão dos quatro princípios apontados:

---

19 Assim afirma John Pless: “Para os luteranos confessionais, a liturgia não se refere à atividade humana, mas à presença real do Senhor que se inclina para colocar suas palavras em nossos ouvidos e seu corpo e sangue em nossas bocas. A liturgia, por ser um serviço divino, proporciona o perdão dos pecados. A liturgia não existe para proporcionar entretenimento edificante, motivação para uma vida santificada ou terapia para problemas psicológicos, mas existe para [trazer] o perdão dos pecados” (PLESS, John. *Divine Service: Delivering Forgiveness of Sins. Logia*, v. 5, n. 4, p. 25, Reforma 1996).

Podemos ilustrar os respectivos papéis ou lugares desses quatro princípios usando o exemplo de uma bicicleta com rodinhas. O **Evangelho** seria análogo à roda dianteira que dirige a bicicleta e, portanto, a conduz na direção em que ela deve ir. Assim, o Evangelho fornece o foco para o adiaforo e define a direção para a qual o adiaforo deve ir. O princípio da **colegialidade** pode ser comparado à roda traseira da bicicleta, pois o que nos une é uma confissão comum do Evangelho; portanto, procuramos fazer coisas juntos pelo Evangelho. Enquanto isso, os princípios de conexão com a grande **Tradição** e sensibilidade às **questões contextuais da missão** fornecem as rodas de treinamento, uma de cada lado da bicicleta. Existe entre eles uma certa tensão entre a continuidade com o passado e os ajustes criativos para contextos e cenários futuros. Em geral, ao andar de bicicleta, o ciclista se inclina primeiro para a esquerda e depois para a direita na tentativa de manter o equilíbrio. Isso quer dizer que, em um momento, a roda da catolicidade está tocando o chão à medida que a bicicleta avança e, em outros momentos, a roda da contextualidade toca o chão. A bicicleta se inclina constantemente de um lado para o outro e vice-versa (Arand, 2004, p. 162; ênfase acrescentada).

Os princípios apontados por Arand indicam que é necessária uma boa dose de cautela quando se busca realizar mudanças na liturgia na busca de torná-la “contemporânea”. Pessoalmente considero plenamente possível ter formas diversas, desde que estejam solidamente ancoradas em boa teologia, que não busquem o entretenimento, que não chamem a atenção dos participantes para a pessoa dos que oficiam, mas que sirvam para a clara proclamação de lei e evangelho e edificação do povo de Deus. Acrescento que não vejo que formas tradicionais da liturgia histórica sejam empecilhos para a missão da igreja. Também não estou convencido de que pela simples repetição de formas já consagradas entre nós esteja garantida a ortodoxia do culto.<sup>20</sup> É sempre bom que na

---

20 Estou ciente do quão “espinhoso” este assunto pode ser. Há exemplos tristes na vida da igreja luterana confessional que tiveram sua origem na discussão sobre formas de culto. Lembro que o uso do talar branco já levou à autoexclusão de membros de uma tradicional congregação luterana e fundação de nova igreja. Também choca o fato de que se use de forma pejorativa a expressão “High Church” para pastores que estão valorizando aspectos por vezes esquecidos da tradição litúrgica. Da mesma forma, não me parece saudável colocar um rótulo de “liberal” a alguém que traga inovações litúrgicas para o culto, mas que conservam com clareza a proclamação de lei e evangelho e não

igreja haja equilíbrio e bom senso, regulados pela palavra de Deus e orientados pelo evangelho.

*9. A VIDA DOS CRISTÃOS NA SOCIEDADE É ALGO POSITIVO E INCLUI A PARTICIPAÇÃO EFETIVA NAS INSTITUIÇÕES HUMANAS QUE PRESERVAM A CRIAÇÃO DE DEUS (CA VI E XVI)*

Luteranos não são antinomistas; por isso, entendem que há um uso positivo da lei de Deus para os seus filhos. Há o cuidado de não misturar a vida cristã, caracterizada pelos frutos da fé, com a justificação, que acontece na declaração graciosa de Deus ao pecador unicamente por causa da obra redentora de Jesus e recebida pela fé.

O artigo XVI da CA abre espaço para uma reflexão sobre o “sacerdócio real” ou sacerdócio dos batizados. É importante reconhecer que cristãos têm em comum a nova vida em Cristo, mas são diferentes entre si no que se refere à situação em que vivem, seu contexto, suas oportunidades, suas capacidades, suas características pessoais. E, por isso, não se pode impor sobre todos uma forma específica de participar da obra missionária da igreja. É um erro determinar que a vida da pessoa diante de Deus se define por sua participação (ou não) de determinado evento, projeto, estratégia. Por isso, luteranos valorizam o lugar em que Deus colocou a cada um, na família, na igreja e na sociedade.

O sacerdócio dos batizados deve ser entendido fundamentalmente como dádiva de Deus e não como um conjunto de ações que os cristãos devem executar. É uma dádiva que pecadores tenham acesso ao Pai por meio de Jesus, no poder do Espírito Santo. Por isso, deve-se cuidar para não apresentar o sacerdócio como sendo basicamente caracterizado por uma lista de tarefas a realizar.

Métodos missionários adotados por igrejas cristãs costumam destacar a importância de capacitar os membros (leigos) das congregações para que atuem no evangelismo pessoal. Para tanto, apela-se à doutrina do “sacerdócio universal”. Há elementos positivos a destacar em tais

---

tornam o culto público em uma espécie de show. O fato é que antes de fazer julgamentos, faz-se necessário analisar as situações com sobriedade, amor cristão e respeito à centralidade do evangelho. Particularmente também me preocupa que sejam usadas formas de culto muito diferentes daquelas que a igreja como um todo concordou em utilizar, pois tal prática pode causar confusão no povo de Deus quando confrontado com liturgias históricas, com as quais não estava habituado.

iniciativas, mas também há pontos a avaliar criticamente. Por isso, trago aqui algumas reflexões breves sobre o tema do sacerdócio, destacando o texto base de 1Pedro 2.9 e os versículos seguintes.<sup>21</sup>

É muito significativo que os títulos que Deus confere à igreja em 1Pedro 2.9 são basicamente aqueles que no Antigo Testamento foram aplicados ao povo de Israel. A igreja cristã é um sacerdócio porque “tem a mesma relação com a humanidade como um todo que o sacerdócio judaico [sic] tinha com todo o povo de Israel” (Selwyn, 1961, p. 160). Esta afirmação está de acordo com a palavra de Deus dirigida ao povo de Israel, que havia sido libertado (= redimido) da escravidão no Egito: “Agora, pois, se ouvirem atentamente a minha voz e guardarem a minha aliança, vocês serão a minha propriedade peculiar dentre todos os povos. Porque toda a terra é minha e vocês serão para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa” (Êx 19.5,6).<sup>22</sup>

A igreja é o sacerdócio santo, e cada cristão participa deste sacerdócio devido à sua comunhão com Cristo. O Novo Testamento, especialmente pela epístola aos Hebreus, testemunha que Jesus é o grande e definitivo Sumo Sacerdote (por exemplo, Hb 2.17; 4.14-16; 7.26; etc.). O sacerdócio dos cristãos deriva, pois, de sua união com o Sumo Sacerdote Cristo. É somente por meio dele que cada sacerdote tem acesso a Deus (Hb 10.19-22) e pode viver sua vocação no mundo, oferecendo os sacrifícios espirituais (1Pe 2.5). Por isso, “há um sacerdócio espiritual por meio do qual todos os cristãos são sacerdotes com Cristo” e têm em comum “a oração, o acesso a Deus e o ensino. Ter acesso a Deus significa

---

21 Algumas reflexões a seguir se baseiam em um dos capítulos de um livro a ser lançado pela Editora Concórdia (Porto Alegre, Brasil), contendo textos de diversos professores atuais e eméritos do Seminário Concórdia de São Leopoldo. Além do comentário de Lutero sobre as epístolas católicas e o comentário de Selwyn (ver ambos nas referências bibliográficas), um estudo muito esclarecedor sobre o texto de Pedro se encontra em: PANNING, Armin J. *Exegesis of 1 Peter 3:1-7. Wisconsin Lutheran Quarterly*, v. 78, n. 4, p. 262-278, out. 1981.

22 Lutero (1967, 62) argumenta também com Deuteronômio 7. De fato, a linguagem de Pedro lembra em muito o que foi dito a Israel, por estabelecer uma identidade derivada da salvação realizada por Deus. Assim diz o texto de Deuteronômio 7.6-8: “[...] vocês são um povo santo para o SENHOR, seu Deus. O SENHOR, seu Deus, os escolheu para que, de todos os povos que há sobre a terra, vocês fossem o seu povo próprio. O SENHOR os amou e os escolheu, não porque vocês eram mais numerosos do que outros povos, pois vocês eram o menor de todos os povos. Mas porque o SENHOR os amava e, para cumprir o juramento que tinha feito aos pais de vocês, o SENHOR os tirou com mão poderosa e os resgatou da casa da servidão, do poder de faraó, rei do Egito”.



ser ensinado por Ele, estar em um relacionamento evangélico com Deus” (Winger, 1992, p. 144, 5).

Ser um povo de sacerdotes significa, portanto, que temos acesso a Deus por meio de Cristo, e ninguém tem o direito de colocar obstáculos nessa comunhão. Isso também significa que entre os cristãos não há diferentes níveis de santidade ou espiritualidade. Há um só corpo de Cristo, a igreja, o povo de Deus, que recebe os méritos de Cristo, obtidos em seu sacrifício na cruz. Qualquer tentativa de fazer distinções no que se refere a graus de santidade ou de discipulado, por exemplo, ataca a obra santa e suficiente de Cristo, pela qual todos os que nele creem têm igualmente acesso ao Pai. É especialmente importante ter isso em mente quando se procura engajar o povo de Deus em ações missionárias. Por motivos diversos, nem todos participarão das atividades designadas pela liderança da igreja. E isso não significa estarem sendo infiéis ao seu chamado de sacerdotes. O reformador Martinho Lutero comenta 1Pedro 3.8 (“Finalmente, tenham todos o mesmo modo de pensar, sejam compassivos, fraternalmente amigos, misericordiosos, humildes”), trazendo algo muito relevante para as ações do sacerdócio: “Deve haver uma mente e muitos trabalhos, um coração e muitas mãos. Nem todos devem fazer o mesmo trabalho, mas cada um deve cuidar de seus próprios deveres. Caso contrário, não haverá uma mesma mente e um mesmo coração” (Lutero, 1967, p. 94). Assim, aqueles que foram chamados ao sacerdócio real desempenham seus múltiplos e diferenciados serviços no reino de Deus, mas agem em um “mesmo modo de pensar”.

A nova vida recebida no batismo permite que os cristãos ofereçam sacrifícios espirituais agradáveis a Deus, porque brotam da ação do Espírito Santo, por meio da fé na obra redentora de Cristo. A vida em Cristo se manifesta em ações concretas na realidade que os filhos de Deus estão colocados. E é sobre isso que o apóstolo irá discorrer em sua epístola a partir de 2.11. Observa-se no texto de Pedro algo sobre o “lugar” de atuação dos sacerdotes do Rei Jesus: as ações referidas pelo apóstolo ocorrem na vida diária, primordialmente na sociedade, diante dos gentios, no reconhecimento e respeito às instituições e na vida familiar.

O artigo XVI da CA entende a atuação dos cristãos (sacerdotes pelo batismo) tendo um propósito de bênção que se dirige a todos os que os rodeiam. Pedro exorta em sua epístola (1Pe 3.9): “Não paguem

mal com mal, nem ofensa com ofensa. Pelo contrário, respondam com palavras de bênção, pois para isto mesmo vocês foram chamados, a fim de receberem bênção por herança”. Edward H. Schroeder, em um estudo sobre o leigo e a igreja, reflete sobre o papel dos cristãos em uma sociedade que está marcada pelo evento da queda em pecado. Pagar o mal com o mal, lembra Schroeder, é comum no que ele chama de “mundo dos não povo”, onde maldição segue maldição, situação esta decorrente do modo de vida egoísta e ímpio que brota do pecado original. O povo de Deus é chamado nesse contexto a agir em seu sacerdócio dado por Deus com a finalidade de, por assim dizer, “desamaldiçoar” o mundo. E isso só pode acontecer quando a misericórdia de Deus é proclamada e recebida. Schroeder completa, dizendo:

Aqueles que estão em melhor situação para esta função de desamaldiçoar o mundo são os cristãos comuns, que vivem e trabalham nas estruturas normais da sociedade, que Pedro (2.13) nomeia “instituições humanas” e dentro das quais ele admoesta que se viva como servos de Deus. [...] as instituições já existentes na sociedade – casamento, governo, família, mesmo o sistema de escravidão, são canais viáveis para atuar na obra de desamaldiçoar o mundo, porque eles me colocam num contato face a face com outros seres humanos. Eles eliminam a necessidade de primeiro encontrar alguém para quem posso ser uma bênção, pois me confrontam com pessoas – cônjuge, pais, filhos, governantes, patrão, empregado – bem aqui e me desafiam a ser um sacerdote de Deus, [...] “desamaldiçoando” esta parte específica da criação (Schroeder, 1967, p. 20).

Desta forma, Schroeder lembra o papel importante dos cristãos na sociedade, tendo em vista que o mundo criado por Deus, mesmo tendo sido marcado pelo pecado, continua sendo criação divina. Deus é o Senhor da criação e da história. Ele não abandonou aquilo que criou. Em Cristo, redimiui a humanidade para viver na nova criação. Mas já hoje, na criação que geme por causa do pecado (Rm 8.19-21), os filhos de Deus são chamados a viver como sal da terra e luz do mundo (Mt 5.13-16). Para que isso possa ocorrer, os sacerdotes do Rei precisam viver ativamente nas instituições da sociedade, nas relações de trabalho e na vida familiar.

Pedro testifica que a santidade da vida cristã não é algo que ocorre à parte do secular, algo também testemunhado pela Confissão de Augsburgo. O sacerdócio recebido no batismo age como bênção na criação de Deus. E isso ocorre fora do ambiente congregacional, quando os filhos de Deus vivem e compartilham com outros a misericórdia que receberam da parte do Pai. Afinal, nessas áreas em que a sociedade não orientada pela fé cristã procura tornar os assuntos da fé como algo puramente individual, a igreja sabe que Deus tem algo a dizer e que vale para todos os tempos, lugares e pessoas. A convicção dos sacerdotes reais é que em toda e qualquer área da vida humana, Deus tem muito a dizer e agir. Por vezes, como lembra Pedro em sua epístola, o testemunho dos sacerdotes reais se dará em meio ao sofrimento e à perseguição. Mas será pela prática do bem, por causa do Senhor, que a ignorância dos insensatos será silenciada (1Pe 2.13, 15). Esta ênfase da CA XVI evoca uma importante ênfase na educação cristã, ou seja, que todos entendam que a missão de Deus acontece não fora, mas nas instituições da sociedade, nas vocações de cada um em contato com o semelhante. Assim, por exemplo, pais precisam ser orientados pela palavra de Deus sobre a importância do ensino da fé aos seus filhos como sua missão mais próxima e imensamente importante.

*10. HÁ APENAS UMA VINDA FUTURA E VISÍVEL DE CRISTO PARA O JULGAMENTO FINAL, QUE SEPARARÁ OS SALVOS DOS CONDENADOS. POR ISSO, O REINO DE DEUS SE MANIFESTARÁ PLENAMENTE E PARA TODA A ETERNIDADE APÓS A VINDA DE CRISTO E NÃO EM UM PERÍODO INTERMEDIÁRIO DE UM REINADO TERRENO TEMPORÁRIO (CA XVII)*

É importante observar que métodos evangelísticos que partem de uma visão milenarista da história e dos tempos do fim trarão consigo as marcas deste posicionamento sobre a escatologia futura. Inclusive há uma conexão entre esta visão teológica – especialmente o dispensacionalismo – e movimentos missionários do início do século 20 e que até hoje influenciam igrejas cristãs.

A visão sóbria sobre o julgamento final também ajuda a igreja a ser realista quanto ao futuro. Não se pode ter uma visão triunfalista, própria de uma visão pós-milenarista (presente em movimentos como

o Reconstrucionismo),<sup>23</sup> que imagina que o mundo será todo, ou na sua imensa maioria, cristianizado antes da vinda visível de Cristo. Da mesma forma, a escatologia testemunhada pelas confissões luteranas evita cair em uma visão fatalista, que consideraria ineficiente a obra missionária, tendo em vista a natureza pecaminosa da humanidade. Detlev Schulz faz uma importante observação sobre este ponto, tendo Lutero como referência:

Devemos observar o realismo sóbrio de Lutero ao interpretar os assuntos da igreja e sua missão nestes tempos finais. Há uma diferença significativa entre os pontos de vista de Lutero e a confiança desprotegida de hoje em nossas atividades, fazendo promessas e juramentos de alcançar resultados dentro de prazos específicos. Lutero era realista e sóbrio o suficiente para perceber que, até que a consumação final chegue, a resistência e a hostilidade à palavra de Deus dominarão e o cristianismo nunca alcançará o status de religião dominante neste mundo. Para Lutero, o fim próximo aumenta a urgência da missão, mas, ao mesmo tempo, o profundo distanciamento do mundo em relação a Deus e sua posição em relação a Ele sempre trarão a cruz sobre a igreja (Schulz, 2024, p. 51, 52).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAND, Charles P. Not All Adiphora are Created Equal. *Concordia Journal*, v. 30, n. 3, p. 156-164, jul. 2004.

BRAKEMEIER, Gottfried. Missão Cristã num Contexto de Diálogo Inter-religioso, p. 19-34. In: GRAFF, Anselmo E. (org.). *O testemunho cristão num Contexto de Diálogo Inter-religioso*. Porto Alegre: Concórdia, 2007.

FISK, Jonathan. *Broken – 7 “Christian” Rules that Every Christian Ought to Break as Often as Possible*. St. Louis: Concordia, 2012.

KOLB, Robert e ARAND, Charles P. *The Genius of Luther’s Theology*. Grand Rapids: Baker, 2008.

---

23 Ver LINDEN, Gerson L. “Por que os Luteranos não são Pós-milenaristas”. *Igreja Luterana*, v. 67, n. 1, p. 7-31, jun. 2008. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1T3VXJGn3I\\_Rt604J-lju79VqiVWtA8D22/view](https://drive.google.com/file/d/1T3VXJGn3I_Rt604J-lju79VqiVWtA8D22/view).

LIVRO DE CONCÓRDIA: *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*. Yedo Brandenburg (ed.). Trad. Arnaldo Schüler. Rev. de Nélcio Schneider e Vilson Scholz. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Comissão Interluterana de Literatura (CIL), 2021.

LUTERO, Martinho. PELIKAN, Jaroslav (ed.). Selected Psalm II. In: *Luther's Works*, v. 13. St. Louis: Concordia, 1956.

\_\_\_\_\_. PELIKAN, Jaroslav (ed.). In: *Luther's Works*, v. 30. St. Louis: Concordia, 1967.

MARQUARDT, Kurt E. *The Church and Her fellowship, Ministry, and Governance*. Fort Wayne: The International Foundation for Lutheran Confessional Research, 1990.

PANNING, Armin J. Exegesis of 1 Peter 3:1-7. *Wisconsin Lutheran Quarterly*, v. 78, n. 4, p. 262-278, out.1981.

PLESS, John. Divine Service: Delivering Forgiveness of Sins. *Logia*, v. 5, n. 4, p. 25-29, Reforma 1996.

ROSIN, Robert. Lutero e a Estrutura da Igreja então e agora, p. 59-92. In: BUSS, Paulo W. (org.). *Lutero e o Ministério Pastoral – Textos do 1º Simpósio Internacional de Lutero*. Porto Alegre: Concórdia, 2015.

SÁNCHEZ M., Leopoldo A. *Pneumatología – Un estudio del Espíritu Santo y la Espiritualidad del Pueblo de Dios*. St. Louis: Concordia, 2005.

SASSE, Herman. “Jesus Intercedes for His Church, p. 11-16”. In: *We Confess the Church*. Trad. Normal Nagel. St. Louis: Concordia, 1986.

SCHROEDER, Edward. The Layman and His Church – A Theological Study. In: *The Layman and the Church*. BUEHNER, Andrew J. (ed.). St. Louis: The Lutheran Academy for Scholarship, 1967. Disponível em: <https://crossings.org/archive/schroeder2/TheLaymanandHisChurch.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SCHULZ, Klaus Detlev. Estratégia na Missão: Teologia e Prática de Métodos Evangelísticos, p. 19-38. In: GRAFF, Anselmo E. (org.). *Teologia e Prática de Métodos Evangelísticos* (Textos do Simpósio Internacional de Missão – Seminário Concórdia, 2008). Porto Alegre: Concórdia, 2009.

\_\_\_\_\_. Trad. Leandro Hübner. *Missão a partir da Cruz*. Porto Alegre: Concórdia, 2024.

SELWYN, Edward G. *The First Epistle of St. Peter*. Londres: MacMillan & Co.; New York: St. Martin's Press, 1961.

VEITH Jr., Gene E. *De todo o entendimento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

WINGER, Thomas. “We are all Priests”: A Contextual Study of the Priesthood in Luther. *Lutheran Theological Review*, St. Catharines e Edmonton, Canadá, n. 1, 2, p. 129-156, out/inv. 1991, prim./ver. 1992.

ZIEGLER, Roland. Priesthood and Office. *Logia*, v. 28, n. 1, p. 25-34, Epif. 2019.